

QUESTÃO 1

O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Consoante disposto no referido Código de Ética, é considerado um dos deveres fundamentais do servidor público:

- a) Exercer suas atribuições com lentidão e perfeição, não procurando resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, ainda que para evitar dano moral ao usuário.
- b) Protelar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
- c) Abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
- d) Ter respeito à hierarquia, com temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.

QUESTÃO 2

Semprônio, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, deve observar as disposições do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Considerando o que prescreve o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, complete as lacunas a seguir e assinale a opção que contenha a sequência correta.

A _____ deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na _____ de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua _____ poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na _____.

- a) vida particular – função pública – vida funcional – vida privada.
- b) função pública – vida particular – vida privada – vida funcional.
- c) vida particular - função pública – vida privada – vida funcional.
- d) função pública – vida privada – vida funcional – vida particular.

QUESTÃO 3

José, habilitado em Concurso Público de Provas e Títulos, foi nomeado, em caráter efetivo, para o cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS.

Conforme disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a sua posse:

- a) deverá ocorrer no prazo de quarenta e cinco dias contados da publicação do ato de provimento.
- b) poderá dar-se mediante procuração específica.
- c) não dependerá de prévia inspeção médica oficial.
- d) será considerada como o efetivo desempenho das atribuições do cargo público.

QUESTÃO 4

Tício, servidor público do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, pretende afastar-se do exercício do cargo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu, em instituição de ensino superior no País.

A intenção de Tício é se afastar para realização de programa de doutorado. De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o referido afastamento somente será concedido se Tício for servidor:

- a) titular de cargo efetivo ou ocupante de cargo em comissão no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 3 (três) anos, incluído o período de estágio probatório, e tenha cumprido as demais determinações legais.
- b) titular de cargo efetivo ou ocupante de cargo em comissão no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 1 (um) ano, excluído o período de estágio probatório, e tenha cumprido as demais determinações legais.
- c) titular de cargo efetivo no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 4 (quatro) anos, incluído o período de estágio probatório, e tenha cumprido as demais determinações legais.
- d) titular de cargo efetivo no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 2 (dois) anos, excluído o período de estágio probatório, e tenha cumprido as demais determinações legais.

QUESTÃO 5

Fulano, servidor público do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, sofreu limitação em sua capacidade física. A forma de provimento adequada para que Fulano seja investido em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, verificada em inspeção médica, segundo o disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é a:

- a) Reversão.
- b) Recondução.
- c) Reintegração.
- d) Readaptação.

QUESTÃO 6

Mévio, servidor público do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, deseja obter informações sobre a gratificação natalina e, para tanto, consulta a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Com base na referida lei, Mévio estará correto ao afirmar que:

- a) O servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do último mês de dezembro trabalhado, ainda que outro tenha sido o mês da exoneração.
- b) A gratificação natalina será paga até o dia 10 (dez) do mês de dezembro de cada ano.
- c) A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.
- d) A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de janeiro, por mês de exercício no respectivo ano.

QUESTÃO 7

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, dentre outras providências, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Com relação à estrutura organizacional dos Institutos Federais, a referida lei dispõe que a administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores:

- a) o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.
- b) o Conselho de Docentes e Discentes.
- c) as Diretorias-Gerais dos campi.
- d) a Reitoria e as Pró-Reitorias.

QUESTÃO 8

Caio, docente pertencente ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente de um dos campi que integram o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, pretende se candidatar ao cargo de Reitor. Caio cumpre todas as determinações da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para a candidatura.

No que diz respeito ao mandato de Reitor, a referida lei dispõe que:

- a) o Reitor será nomeado pelo Ministro de Estado da Educação, para mandato de 6 (seis) anos, vedada recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.
- b) o Reitor será nomeado pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.
- c) o Reitor será nomeado pelo Presidente da República, para mandato de 6 (seis) anos, vedada recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal, atribuindo-se o peso de 1/4 (um quarto) para a

DOCENTE

manifestação do corpo docente, de 1/4 (um quarto) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 2/4 (dois quartos) para a manifestação do corpo discente.

- d) o Reitor será nomeado pelo Ministro de Estado da Educação, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal, atribuindo-se o peso de 1/4 (um quarto) para a manifestação do corpo docente, de 1/4 (um quarto) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 2/4 (dois quartos) para a manifestação do corpo discente.

QUESTÕES 9 e 10

Considerando o texto abaixo e as demais disposições da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, **responda as questões 9 e 10.**

A partir da instituição do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, o desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá mediante progressão funcional e promoção, na forma disposta na Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, sendo que progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente.

QUESTÃO 9

A progressão na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorrerá com base nos critérios gerais estabelecidos na Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, e observará, cumulativamente:

- a) o cumprimento do interstício de 12 (doze) meses de efetivo exercício em cada nível e aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- b) o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível e aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- c) o cumprimento do interstício de 12 (doze) meses de efetivo exercício em cada nível e aprovação em avaliação de desempenho individual.
- d) o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível e aprovação em avaliação de desempenho individual.

QUESTÃO 10

A promoção ocorrerá observadas as condições dispostas na Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, e, ainda, o interstício mínimo de:

- a) 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção.
- b) 18 (dezoito) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção.
- c) 12 (doze) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção.
- d) 06 (seis) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção.

GABARITO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	